



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

MENSAGEM Nº 040 DE 14 DE Dezembro DE 2020

Excelentíssimo Presidente,
Excelentíssimos Vereadores,

A presente Mensagem encaminha para a apreciação de Vossas Excelências, o Projeto de Lei em anexo, que tem por objetivo a contratação temporária de profissionais para atender à Secretaria Municipal de Educação no ano letivo de 2021, em razão da necessidade do atendimento do ensino regular e com qualidade junto às escolas urbanas e do campo, bem como das escolas indígenas municipais.

No caso das escolas indígenas, atendemos atualmente oito centros, além de 20 extensões, daí a necessidade de mantermos essas contratações para o ano que avizinha.

Temos também a necessidade de atender os alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, bem como as determinações emanadas do Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado – TCE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no que diz respeito a elaboração de cardápios da Merenda Escolar.

Ainda, temos os casos dos contratos temporários em substituição aos profissionais efetivos que estão exercendo os cargos de Diretor, Coordenador Pedagógico, Professor da Sala de Recurso Multifuncional, Professor Comunitário do Programa Mais Educação, além daqueles que estão em readaptação de função, licença médica, licença-prêmio, licença para tratar de interesse particular, bem como contratos dos profissionais que atendem a APAE e a ABC (Associação Barra-garcense dos Cegos), entre outros.

Desta forma, espera-se a aprovação do presente Projeto de Lei, em **REGIME DE URGÊNCIA**, a fim de não prejudicar o regular funcionamento da Ensino Público Municipal, sobretudo com a nova administração que iniciará.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT,

14 de Dezembro

de 2020

ROBERTO ANGELO DE FARIAS
Prefeito Municipal

Aprovado por unanimidade de vereadores presentes, em sessão Extraordinária, obra nº 040 de 17.12.2020
Cilma Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996

Cilma Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996
14.12.20
17:45

PROTÓCOLO
CASA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT
Nº _____ Data _____ Hora _____
FUNDIÁRIO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Conforme Art. 9. inciso XXI, da
Lei Com. 181, de 29/03/2016
REVISADO



JOÃO JAKSON VIEIRA GOMES
Procurador Geral do Município
Portaria nº 14.281, de 17/12/2018
OAB/MT - 20239/O



Carn. Mun. B. Garças
Fis. 009
Ass. [assinatura]

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

PROJETO DE LEI Nº 040 DE 14 DE Dezembro DE 2020

PROTOCOLO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS-MT
nº <u>083</u> Livro: <u>25</u> Fls. <u>63</u> Data: <u>14/12/20</u>
Horas: <u>17:45</u>
[assinatura]
FUNCIONÁRIO

"Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar temporariamente, até o quantitativo indicado nos incisos I a IV desta Lei, e em regime de urgência, o seguinte pessoal, que fica, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal, considerados cargos de excepcional interesse público quando não preenchidos por convocação em concurso público, em substituição temporária, inclusive para preenchimento de função específica na educação indígena, visando compor o quadro da Secretaria Municipal de Educação para manutenção do ensino regular:

- I - 250 (duzentos e cinquenta) Professores, para atender a Educação Indígena, a Educação do Campo e em substituição temporária;
- II - 250 (duzentos e cinquenta) Apoio Administrativo Educacional, para atender a Nutrição Escolar, a Manutenção da Infraestrutura e Transporte Escolar, bem como a Nutrição Escolar (Indígena) e Manutenção da Infraestrutura (Indígena);
- III - 10 (dez) Técnicos Administrativos Educacionais, para suporte às atividades educacionais;
- IV - 03 (três) Nutricionistas, para atender as determinações emanadas do Tribunal de Contas do Estado - TCE/MT e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
- V - 02 (dois) Fonoaudiólogos, para o atendimento aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH;
- VI - 02 (dois) Psicólogos, para atendimento dos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH;
- VII - 02 (dois) Engenheiros Cívicos, para total assistência técnica às obras em andamento com verbas do Governo Federal, sendo estes profissionais uma exigência do FNDE;

Art. 2º O prazo de contratação para preenchimento das vagas encerrar-se-á impreterivelmente em 31.12.2021.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria para o ano de 2021

Osaka, 11 de Junho de 1964

PROTÓCOLO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRO DO GARÇAS-MT
nº Livro: _____
Data: _____
Hora: _____
FUNCIONÁRIO



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS


Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

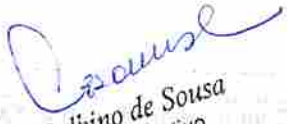
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

Barra do Garças/MT, 14 de Dezembro de 2020


ROBERTO ANGELO DE FARIAS
Prefeito Municipal

Aprovado por unanimidade de todos os membros presente, em Sessão Extraordinária de dia 17.12.20.


Cilma Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996


Cilma Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996
14.12.20
17:45

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Cidade de São José do Rio Preto - SP
Rua da Constituição, nº 100 - Centro
Fone: (17) 3333-1111

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Conforme Art. 9. inciso XXI, da
Lei Compl 181, de 29/03/2016
REVISADO
14.12.2020
JOÃO JAKSON VIEIRA GOMES
Procurador Geral de Município
Portaria nº 74.281/ de 17/12/2018
OAB/MT - 20239/O



Barra do Garças – MT, 07 de dezembro de 2020.

Ofício nº 40 /2020.

Ao Exmo.
MAURO PIAUÍ
Secretário Municipal de Planejamento
Barra do Garças – Mato Grosso

Prezado Secretário,

Solicito que sejam adotadas as providências necessárias em relação ao envio a Câmara Municipal de Barra do Garças – Mato Grosso dos projetos de lei sobre autorização para 2021, relativos a:

- a) Prédios locados;
- b) Contratos temporários, considerando o quantitativo atual, conforme autorizado para 2020.

Aproveito para solicitar avaliação das demais situações que exigem prévia autorização legislativa, consoante Lei Orgânica, para que sejam adotados os procedimentos necessários, com o fim de resguardar continuidade e segurança jurídica no início da gestão a ser iniciada em 2021.

Coloco-me a disposição caso persista alguma dúvida.

Atenciosamente,

DANIELA CÔRTEZ SCHULZE MACHADO
Membro da Comissão de Transmissão
Portaria nº 16.496/2020

CERTIDÃO

Certifico que após pesquisa nos índices de Projetos, de Leis Complementares e Leis Ordinárias não foram encontradas correspondências sobre o tema do Projeto de Lei nº040 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público) de autoria do Poder Executivo



Rosivan Barbosa Gomes Junior
Portaria 15 de 2018

Barra do Garças-MT, 14 de dezembro de 2020



Parecer nº: 095/2020

Projeto de Lei nº 040/2020, de 14 de dezembro de 2020, de autoria do Poder Executivo, que: "Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências."

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de Projeto de Lei nº 040/2020, de 14 de dezembro de 2020, de autoria do Poder Executivo, que: *"Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências."*

02. Foi apresentada mensagem junto ao Projeto de Lei informando, que

"A presente Mensagem encaminha para a apreciação de Vossas Excelências, o Projeto de Lei em anexo, que tem por objetivo a contratação temporária de profissionais para atender à Secretaria Municipal de Educação no ano letivo de 2021, em razão da necessidade do atendimento do ensino regular e com qualidade junto às escolas urbanas e do campo, bem como das escolas indígenas municipais. No caso das escolas indígenas, atendemos atualmente oito centros, além de 20 extensões, daí a necessidade de mantermos essas contratações para o ano que avizinha. Temos também a necessidade de atender os alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, bem como as determinações emanadas do Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado - ICE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no que diz respeito a elaboração de cardápios da Merenda Escolar. Ainda, temos os casos dos contratos temporários em substituição aos profissionais efetivos que estão exercendo os cargos de Diretor, Coordenador Pedagógico, Professor da Sala de Recurso Multifuncional, Professor Comunitário do Programa Mais Educação, além daqueles que estão em readaptação de função, licença médica, licença-prêmio, licença para tratar de interesse particular, bem como contratos dos profissionais que atendem a APAE e a ABC (Associação Barra-

(66) 3401-2484 / 3401-2395 / 3401-2358 / 0800 642 6811

barradogarcas.mt.leg.br – fb.com/camarabarradogarcas

Rua Mato Grosso, Nº 617, Centro, Barra do Garças – MT, CEP: 78600-000

camara@barradogarcas.mt.leg.br / imprensa@barradogarcas.mt.leg.br / ouvidoria@barradogarcas.mt.leg.br

CPD - 00064

Página 1 de 12



garcense dos Cegos), entre outros. Desta forma, espera-se a aprovação do presente Projeto de Lei, em REGIME DE URGÊNCIA, a fim de não prejudicar o regular funcionamento da Ensino Público Municipal, sobretudo com a nova administração que iniciará.”

03. Já o projeto visa autorizar a contratação dos profissionais ali elencados, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
04. É o relatório.

II – PARECER

05. A análise da validade ou não de um projeto de lei deve necessariamente passar por três aspectos distintos, que são a competência, onde observaremos se a matéria é de competência do município e se dentro do município deve ser proposta pelo poder executivo ou pelo poder legislativo; a forma, superada a questão da competência deve-se atentar para a forma em que deve ser apresentado, se como lei complementar ou como lei ordinária, e por fim devemos observar a legalidade do projeto, ou seja, se esse, caso aprovado, estaria apto a produzir efeitos no mundo jurídico, respeitando os requisitos supra e não desrespeitando nenhuma norma a ele hierarquicamente superior, dadas essas explicações passamos a análise dos requisitos mencionados:

06. - **Da Competência** – É indiscutível a competência do município para legislar sobre a matéria, estando prevista tanto na CF quanto na LOM sua competência para legislar sobre assunto de seu peculiar interesse, trazendo a LOM, ainda a competência para dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais:

Constituição Federal

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)”

Lei Orgânica do Município de Barra do Garças

“Artigo 10 – Ao Município compete prover a tudo quanto se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse;

II – suplementar a legislação federal e estadual, na que lhe couber;

(...)”

07. Por outro lado, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, também, cabe ao Prefeito nos termos do artigo 46 da Lei Orgânica do Município. Assim, não há invasão da esfera de competência:

“Artigo 46 – A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara e aos cidadãos, observado o disposto nesta lei.”

(66) 3401-2484 / 3401-2395 / 3401-2358 / 0800 642 6811

barradogarcas.mt.leg.br – fb.com/camarabarradogarcas

Rua Mato Grosso, Nº 617, Centro, Barra do Garças – MT, CEP: 78600-000

camara@barradogarcas.mt.leg.br / imprensa@barradogarcas.mt.leg.br / ouvidoria@barradogarcas.mt.leg.br

CPD - 00064

Página 2 de 12

08. Portanto, não há qualquer mácula na apresentação do projeto pelo Alcaide.
- 09 - **Da Forma:** A matéria tratada não se encontra dentre aquelas constantes do artigo 48 da Lei Orgânica e que devem obrigatoriamente serem propostas sob a forma de lei complementar.
10. - **Da Legalidade:** Especificamente sobre o tema (contratação por prazo determinado), o art. 37 da Constituição Federal dispõe que:

“Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;”

13. Referido dispositivo, no âmbito federal, foi regulamentado pela Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

14. Em seu artigo 1º autoriza, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, que os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas, efetuem a contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos, o que sem dúvida deve ser utilizado como parâmetro em nível municipal, forte no princípio da simetria.

15. Assim, a legislação em vigor permite a contratação, desde que por prazo determinado, o que resta claro no projeto apresentado, bastando analisar o disposto no art. 2º, que determina ser o prazo para contratação para preenchimento das vagas até 31.12.2020, restando aos Nobres Vereadores debater sobre a da existência de necessidade temporária excepcional e acerca do enquadramento de cada um dos casos aos prazos permitidos pela lei 8.745:

“Art. 2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - Assistência a situações de calamidade pública;

II - Assistência a emergências em saúde pública; (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

III - Realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística efetuadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; (Redação dada pela Lei nº 9.849, de 1999).

IV - Admissão de professor substituto e professor visitante;

V - admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;

VI - Atividades: (Redação dada pela Lei nº 9.849, de 1999).

(66) 3401-2484 / 3401-2395 / 3401-2358 / 0800 642 6811

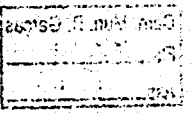
barradogarcas.mt.leg.br – fb.com/camarabarradogarcas

Rua Mato Grosso, Nº 617, Centro, Barra do Garças – MT, CEP: 78600-000

camara@barradogarcas.mt.leg.br / imprensa@barradogarcas.mt.leg.br / ouvidoria@barradogarcas.mt.leg.br

CPD - 00064

Página 3 de 12



STATE OF TEXAS
COUNTY OF [illegible]



[The main body of the document contains several paragraphs of text that are extremely faint and illegible due to the quality of the scan. The text appears to be a legal document, possibly a deed or contract, given the header information.]

WITNESSED my hand and seal of office this [illegible] day of [illegible] 19[illegible].
[illegible]
[illegible]

- a) *Especiais nas organizações das Forças Armadas para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999). (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).*
- b) *De identificação e demarcação territorial; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008 Vigência)*
- c) *(Revogada pela Lei nº 10.667, de 2003)*
- d) *Finalísticas do Hospital das Forças Armadas; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999). (Prorrogação de prazo pela Lei nº 11.784, de 2008)*
- e) *De pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações, sob responsabilidade do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).*
- f) *De vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio internacional de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999). (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).*
- g) *Desenvolvidas no âmbito dos projetos do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM e do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM. (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).*
- h) *Técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)*
- i) *Técnicas especializadas necessárias à implantação de órgãos ou entidades ou de novas atribuições definidas para organizações existentes ou as decorrentes de aumento transitório no volume de trabalho que não possam ser atendidas mediante a aplicação do art. 74 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)*
- j) *Técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho, não alcançadas pela alínea i e que não se caracterizem como atividades permanentes do órgão ou entidade; (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)*
- l) *Didático-pedagógicas em escolas de governo; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)*
- m) *De assistência à saúde para comunidades indígenas; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)*

VII - Admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação. (Incluído pela Lei nº 10.973, de 2004)

VIII - Admissão de pesquisador, nacional ou estrangeiro, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

IX - Combate a emergências ambientais, na hipótese de declaração, pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, da existência de emergência ambiental na região específica. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

X - Admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

XI - Admissão de professor para suprir demandas excepcionais decorrentes de programas e projetos de aperfeiçoamento de médicos na área de Atenção Básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante integração ensino-serviço, respeitados os limites e as condições fixados em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Saúde e da Educação. (Incluído pela Lei nº 12.871, de 2013)

§ 1º A contratação de professor substituto de que trata o inciso IV do caput poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de: (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

I - Vacância do cargo; (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

II - Afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

III - Nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

§ 2º O número total de professores de que trata o inciso IV do caput não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

§ 3º As contratações a que se refere a alínea h do inciso VI serão feitas exclusivamente por projeto, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer área da administração pública. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 14.5.2003)



§ 4º Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a declaração de emergências em saúde pública. (Incluído pela Lei nº 12.314, de 2010)

§ 5º A contratação de professor visitante e de professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos IV e V do caput, tem por objetivo: (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

I - Apoiar a execução dos programas de pós-graduação stricto sensu; (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

II - Contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão; (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

III - Contribuir para a execução de programas de capacitação docente; ou (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

IV - Viabilizar o intercâmbio científico e tecnológico. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

§ 6º A contratação de professor visitante e o professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos IV e V do caput, deverão: (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

I - Atender a requisitos de titulação e competência profissional; ou (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

II - Ter reconhecido renome em sua área profissional, atestado por deliberação do Conselho Superior da instituição contratante. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

§ 7º São requisitos mínimos de titulação e competência profissional para a contratação de professor visitante ou de professor visitante estrangeiro, de que tratam os incisos IV e V do caput: (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

I - Ser portador do título de doutor, no mínimo, há 2 (dois) anos; (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

II - Ser docente ou pesquisador de reconhecida competência em sua área; e (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

III - Ter produção científica relevante, preferencialmente nos últimos 5 (cinco) anos. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

§ 8º Excepcionalmente, no âmbito das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, poderão ser contratados professor visitante ou professor visitante estrangeiro, sem o título de doutor, desde que possuam comprovada competência em ensino, pesquisa e extensão tecnológicos ou reconhecimento da qualificação profissional pelo mercado de trabalho, na forma prevista pelo Conselho Superior da instituição contratante. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)

(66) 3401-2484 / 3401-2395 / 3401-2358 / 0800 642 6811

barradogarcas.mt.leg.br – fb.com/camarabarradogarcas

Rua Mato Grosso, Nº 617, Centro, Barra do Garças – MT, CEP: 78600-000

camara@barradogarcas.mt.leg.br / imprensa@barradogarcas.mt.leg.br / ouvidoria@barradogarcas.mt.leg.br

CPD - 00064

Página 6 de 12

§ 9º *A contratação de professores substitutos, professores visitantes e professores visitantes estrangeiros poderá ser autorizada pelo dirigente da instituição, condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros para fazer frente às despesas decorrentes da contratação e ao quantitativo máximo de contratos estabelecido para a IFE. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)*

§ 10. *A contratação dos professores substitutos fica limitada ao regime de trabalho de 20 (vinte) horas ou 40 (quarenta) horas. (Incluído pela Lei nº 12.772, de 2012)*

(...)

Art. 4º *As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos: (Redação dada pela Lei nº 10.667, de 2003) (Prorrogação de prazo pela Lei nº 11.784, de 2008)*

I - 6 (seis) meses, nos casos dos incisos I, II e IX do caput do art. 2º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

II - 1 (um) ano, nos casos dos incisos III e IV, das alíneas d e f do inciso VI e do inciso X do caput do art. 2º; (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

III - 2 (dois) anos, nos casos das alíneas b, e e m do inciso VI do art. 2º; (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

IV - 3 (três) anos, nos casos das alíneas "h" e "l" do inciso VI e dos incisos VII, VIII e XI do caput do art. 2º desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.871, de 2013)

V - 4 (quatro) anos, nos casos do inciso V e das alíneas a, g, i e j do inciso VI do caput do art. 2º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

Parágrafo único. É admitida a prorrogação dos contratos: (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003) (Vide Lei nº 11.204, de 2005)

I - No caso do inciso IV, das alíneas "b", "d" e "f" do inciso VI e do inciso X do caput do art. 2º, desde que o prazo total não exceda a dois anos; (Redação dada pela medida Provisória nº 632, de 2013)

II - No caso dos incisos III e VI, alínea "e", do caput do art. 2º, desde que o prazo total não exceda três anos; (Redação dada pela medida Provisória nº 632, de 2013)

III - Nos casos do inciso V, das alíneas a, h, l e m do inciso VI e do inciso VIII do caput do art. 2º desta Lei, desde que o prazo total não exceda a 4 (quatro) anos; (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)

V - No caso dos incisos VII e XI do caput do art. 2º, desde que o prazo total não exceda 6 (seis) anos; e (Redação dada pela Lei nº 12.871, de 2013)

(66) 3401-2484 / 3401-2395 / 3401-2358 / 0800 642 6811

barradogarcas.mt.leg.br – fb.com/camarabarradogarcas

Rua Mato Grosso, Nº 617, Centro, Barra do Garças – MT, CEP: 78600-000

camara@barradogarcas.mt.leg.br / imprensa@barradogarcas.mt.leg.br / ouvidoria@barradogarcas.mt.leg.br

CPD - 00064

Página 7 de 12

VI - Nos casos dos incisos I e II do caput do art. 2º desta Lei, pelo prazo necessário à superação da situação de calamidade pública ou das situações de emergências em saúde pública, desde que não exceda a 2 (dois) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010)”

16. Outro ponto importante, é a necessidade de processo seletivo simplificado para contratação, é isso que prevê o Art. 3º da lei 8.745/93:

“Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

(...)

§ 4º Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a declaração de emergências em saúde pública. (Incluído pela Lei nº 12.314, de 2010)

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público.

§ 1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, de emergência ambiental e de emergências em saúde pública prescindirá de processo seletivo. (Redação dada pela Lei nº 12.314, de 2010).”

17. Além disso a lei 8745/93 estabelece, dentre outras, normas que deverão ser seguidas sobre a remuneração e horários.

18. Quanto as despesas decorrentes, estas correrão por conta da dotação orçamentária especificada no art. 3º do projeto.

19. Desta forma, para que não haja prejuízo para o funcionamento e serviços municipais, resta necessário efetuar referidas contratações, nos termos do Projeto de Lei apresentado, cabendo ao setor específico do Poder Executivo a verificação dos gastos com a contratação de pessoal, para que não extrapole o percentual previsto em lei.

20. O ilustre Petrônio Braz¹, em sua obra Direito Municipal na Constituição, tratando sobre o Contrato por prazo determinado, leciona:

“Ao serem contratados não são investidos em cargo público”... “As contratações de excepcional necessidade pública prescinde de processo seletivo, quando decorrentes de calamidade pública. Sendo exigido, para os demais casos, tão somente um processo seletivo simplificado, prescindindo de concurso público...” “A remuneração dos servidores eventualmente contratados dentro do permissivo legal, não poderá ser superior à fixada para servidores do Quadro Permanente que desempenhem função semelhante às condições do

¹<http://jus.uol.com.br/revista/texto/6672/contrato-por-prazo-determinado>

IN THE DISTRICT COURT OF THE UNITED STATES OF AMERICA
FOR THE DISTRICT OF COLUMBIA



Case No. 100-1000000
In re: [Name], Debtor
Chapter 11
[Name], Trustee

On this day, the Court has reviewed the proposed plan of reorganization and the supporting documents. The Court finds that the plan complies with the requirements of the Bankruptcy Code and the Federal Bankruptcy Rules. The plan provides for the orderly liquidation of the debtor's assets and the distribution of the proceeds to the creditors in accordance with their respective claims. The plan also provides for the continuation of the debtor's business operations, which is in the best interests of the estate.

The Court has also reviewed the proposed fees and expenses of the trustee and the professional fees of the attorneys and accountants. The Court finds that the proposed fees and expenses are reasonable and necessary for the administration of the estate. The Court has approved the proposed fees and expenses, subject to the condition that the trustee shall file a detailed statement of the actual fees and expenses incurred.

The Court has also reviewed the proposed discharge of the debtor. The Court finds that the debtor has acted in good faith and has complied with the requirements of the Bankruptcy Code. The Court has approved the proposed discharge of the debtor, subject to the condition that the debtor shall file a statement of the actual discharge of the debtor.

IT IS SO ORDERED that the proposed plan of reorganization, the proposed fees and expenses, and the proposed discharge of the debtor be approved, subject to the conditions set forth herein. The Court shall retain jurisdiction over the estate until the plan is completed and the debtor is discharged.



mercado de trabalho."... Por se tratar de servidor público ocupante de função pública temporária, regida pelo regime estatutário com contrato de Direito Administrativo, a extinção do contrato não gera direitos à indenização, exceto quando efetivada por iniciativa da Administração, decorrente de conveniência administrativa, que importará no pagamento ao contratado da metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato".

21. Hely Lopes Meirelles também trata do assunto na obra Direito Municipal Brasileiro, vejamos:

"A contratação só pode ser por tempo determinado e com a finalidade de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. A atividade a ser desempenhada pode ter natureza eventual, temporária ou excepcional, mas também regular e permanente, como deflui do inciso IX. O que importa é o atendimento da finalidade prevista pela norma. Assim, "desde que indispensáveis ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, quer para o desempenho das atividades de caráter eventual, temporário ou excepcional, quer para o desempenho das atividades de caráter regular e permanente", a contratação é permitida. Desta forma, embora não possa envolver cargos típicos de carreira, a contratação pode envolver o desempenho de atividade ou função da carreira, desde que atendidos os requisitos acima. Fora daí tal contratação tende a contornar a exigência de concurso público, caracterizando fraude à Constituição.

Tais servidores não ocupam cargos pelo que não se confundem com os servidores públicos em sentido estrito ou estatutários, nem se lhes equiparam. São os que o Município recruta eventualmente e a título precário para realização de trabalhos que fogem à rotina administrativa, como os destinados à execução direta de uma obra pública, no atendimento de situações de emergência ou à cessação de estado de calamidade pública, e também para aqueles de caráter regular e permanente que reclamam atendimento temporário em face de excepcional interesse público." (MEIRELLES, 2013, 336²).

22. Nesse sentido, entendemos produtiva, uma análise mais detalhada por parte dos Edis, inclusive com a solicitação, se for o caso, de maiores informações ao Poder Executivo, sobre o período das contratações, eis que se de urgência e excepcional interesse, evidente que deva durar apenas o tempo estritamente necessário para sanar tal urgência ou excepcional interesse.

² MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editora LTDA. 2013. 870 p. 609



Estado de Mato Grosso
Câmara Municipal de Barra do Garças
Palácio Vereador Dr. Dercy Gomes da Silva



De mãos dadas com o povo
Desde 1970

ASSESSORIA JURÍDICA

23. Não menos importante é a análise da questão a luz da legislação eleitoral eis que no corrente ano realizar-se-ão as eleições municipais.

24. O tema é tratado no artigo 73, V, da lei 9.504/97, que traz como regra as contratações no período de três meses que antecedem a eleição até a data da posse dos ali sagrados vencedores:

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

- a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
- b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;
- c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;
- d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;
- e) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;”

25. Nesse sentido nos fala Medeiros:

“47. *limitação temporal. As proibições do inc. V perduram no período entre os três meses que antecedem a eleição até a posse dos eleitos. A posse do Presidente da República (art. 82 da CF), Governadores de Estado (art. 28, caput, da CF) e Prefeitos (art. 29, inc. III, da CF) ocorre no primeiro dia de janeiro do ano subsequente da eleição. Os membros do Congresso Nacional tomam posse no primeiro dia de fevereiro do primeiro ano da legislatura (art. 57, § 4º, da CF). A data da posse dos Deputados Estaduais é definida pela legislação estadual, devendo ser observada a duração do mandato de quatro anos (art. 27, § 1º, da CF). A data da posse dos Vereadores é definida pela legislação municipal.*

(66) 3401-2484 / 3401-2395 / 3401-2358 / 0800 642 6811

barradogarcas.mt.leg.br – fb.com/camarabarradogarcas

Rua Mato Grosso, Nº 617, Centro, Barra do Garças – MT, CEP: 78600-000

camara@barradogarcas.mt.leg.br / imprensa@barradogarcas.mt.leg.br / ouvidoria@barradogarcas.mt.leg.br

CPD - 00064

Página 10 de 12

OSHA Form 101
Rev. 1-10-83

[Faint, mostly illegible text covering the majority of the page, likely representing a report or form content.]

respeitando-se a duração do mandato de quatro anos (art. 29, inc. I, da CF). (MEDEIROS, 2017, 1096³).”

26. Assim também já se manifestou o o Tribunal Superior Eleitoral:

"(...) 1. A contratação e demissão de servidores temporários constitui, em regra, ato lícito permitido ao administrador público, mas a Lei Eleitoral torna proibido, nos três meses que antecedem a eleição até a posse dos eleitos, a fim de evitar qualquer tentativa de manipulação de eleitores. 2. A contratação temporária, prevista no art. 37, IX da Constituição Federal, possui regime próprio que difere do provimento de cargos efetivos e de empregos públicos mediante concurso e não se confunde, ainda, com a nomeação ou exoneração de cargos em comissão ressalvados no art. 73, V, da Lei nº 9.504/97, não estando inserida, portanto, na alínea 'a' do dispositivo. 3. Para configuração da conduta vedada pelo art. 73 da Lei das Eleições, não há necessidade de se perquirir sobre a existência ou não da possibilidade de desequilíbrio do pleito, o que é exigido no caso de abuso de poder. 4. As condutas vedadas no art. 73 da Lei nº 9.504/97 podem vir a caracterizar, ainda o abuso do poder político, a ser apurado na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90, devendo ser levadas em conta as circunstâncias, como o número de vezes e o modo em que praticadas e a quantidade de eleitores atingidos, para se verificar se os fatos têm potencialidade para repercutir no resultado da eleição. 5. O uso da máquina administrativa, não em benefício da população, mas em prol de determinada candidatura, reveste-se de patente ilegalidade, caracterizando abuso do poder político, na medida em que compromete a legitimidade e normalidade da eleição. (...)

(Ac. nº 2 nº 21.167, de 21.8.2003, Rel. Ministro Fernando Neves)"

27. Assim é preciso observar que a Emenda Constitucional 107 de 2020, alterou para 15 novembro a data de realização das eleições de 2020:

"Art. 1º As eleições municipais previstas para outubro de 2020 realizar-se-ão no dia 15 de novembro, em primeiro turno, e no dia 29 de novembro de 2020, em segundo turno, onde houver, observado o disposto no § 4º deste artigo.

(...)

§ 2º Os demais prazos fixados na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que não tenham transcorrido na data da publicação desta Emenda Constitucional e tenham como referência a data do pleito serão computados considerando-se a nova data das eleições de 2020."

28. Logo, nos termos do Art. 1º, § 2º, da EC 107/2020, a vedação do artigo 73, V, da lei 9.504/97 iniciar-se á no dia 15 de agosto de 2020, ou seja, três meses antes da data de realização das eleições (15/11/2020) e perdurará até a posse dos eleitos.

29. Ademais, o projeto não veio acompanhado de nenhum documento que demonstre que as contratações somente se darão no próximo ano e de que o próximo gestor

³ MEDEIROS, Marcílio Nunes. Legislação eleitoral comentada e anotada. Salvador: Juspodvm. 2017. 1291 p. 1096.



necessitará da contratação dos referidos funcionários, não existe ali, como já ocorreu em outros casos, nem mesmo manifestação da equipe de transição solicitando a criação das vagas.

30. Também, não fora juntada documentação comprobatória do cumprimento das exigências do artigo 21, I da LRF, nem mesmo o cálculo estimativo de impacto econômico-financeiro, que entendemos deveras necessário uma vez que, em caso de aumento de despesas, o projeto também estaria contrariando o disposto no artigo 8º da Lei complementar 173/2020.

31. Logo, a nosso ver, é evidente ilegalidade, no momento, da apreciação do presente projeto por essa casa, eis que ele não fora encaminhado acompanhado da documentação necessária para comprovação compatibilidade com a legislação vigente.

III- CONCLUSÃO

32. Portanto, apresentada a mensagem, respeitada a regra de competência, da ótica legal, observados os apontamentos feitos acima, vislumbramos impedimento à tramitação do Projeto de Lei, cabendo aos vereadores análise de mérito.

33. Esclarecemos ainda ser o presente parecer meramente explicativo, não vinculando os nobres vereadores, e se aprovado no mérito e pelas Comissões, o projeto produzirá seus efeitos, até eventual controle a posteriori.

34. É o parecer, sob censura.

Barra do Garças, 17 de dezembro de 2020.

Heros Pena | Assinado com Certificado
Digital via
oab.portaldeassinaturas.com.br

HEROS PENA

Advogado

Matrícula: 213 - OAB/MT: 14.385-B

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8CB0-279C-C070-8834> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8CB0-279C-C070-8834



Hash do Documento

13B64ECF3256BA00E6AB4B01D144293CDC09068BA297A60ACCCF95B6A1C9C777

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/12/2020 é(são) :

HEROS PENA - 947.335.626-91 em 17/12/2020 18:01 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei nº 040/2020 de
autoria do PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E
REDAÇÃO, analisando o PROJETO DE LEI, em epígrafe, resolve exarar PARECER
FAVORAVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em
17 de Dezembro de 2020.

Ver. GABRIEL PEREIRA LOPES
Presidente

Ver. Dr. JAIME RODRIGUES NETO
Relator

Ver. Dr. GERALMINO ALVES R. NETO
Vogal

APROVADO
EM SESSÃO 17/12/20

Cilma Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996

COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

PARECER

Projeto de Lei nº 040/2020 de
autoria do PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL.

A COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS, analisando a
PROJETO DE LEI, em epigrafe, resolve exarar PARECER FAVORAVEL, por entender
ser a aludida matéria, legal e constitucional.

17 de Dezembro de 2020. Sala das Comissões da Câmara Municipal, em

Ver. JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS *F*
Presidente

Ver. MIGUEL MOREIRA DA SILVA *F*
Relator

Ver. MURILO VALOES METELLO *F*
Vogal

APROVADO
EM SESSÃO 17/12/20

Cilinda Balduino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E
DEFESA DA MULHER

PARECER

Projeto de Lei nº 040/2020 de
autoria do PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL.

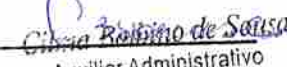
A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL
E DEFESA DA MULHER, analisando o PROJETO DE LEI, em epígrafe, resolve exarar
PARECER FAVORÁVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em 17 de Dezembro de 2020.


Ver. Dr. PAULO CESAR RAYE DE AGUIAR F
Presidente


Ver. MURILO VALOES METELLO F
Relator


Ver. VALDEI LEITE GUIMARÃES F
Vogal

APROVADO
EM SESSÃO 17/12/2020

Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996

VOTAÇÃO

Projeto de Lei nº 040/20 - Pooler Executivo Municipal

VEREADORES	PARTIDO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ALESSANDRO MATOS DO NASCIMENTO	CIDADANIA	X		
CELSON JOSÉ DA SILVA SOUSA	PL	X		
CLEBER FABIANO FERREIRA	PSDB	X		
FANCISCO CANDIDO DA SILVA	PRÓS	X		
GABRIEL PEREIRA LOPES	PSDB	X		
GERALMINO ALVES R. NETO- 1º Secretário	PSB	X		
GUSTAVO NOLASCO GUIMARÃES	PP	X		
JAIME RODRIGUES NETO – Vice-Presidente	MDB	X		
JOÃO RODRIGUES DE SOUZA - Presidente	REPUBLICANO	<i>Presidente</i>		
JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS	PSDB	X		
MIGUEL MOREIRA DA SILVA	PSB	X		
MURILO VALOES METELLO	REPUBLICANO	X		
PAULO CESAR RAYE DE AGUIAR	PRÓS	X		
SIVIRINO SOUZA DOS SANTOS	PSD	X		
VALDEI LEITE GUIMARÃES – 2º Secretário	MDB	X		

RESULTADO DA VOTAÇÃO: MÉRITO

Aprovado por unanimidade de 16 votos presentes em sessão extraordinária do dia 17.12.2020.

D. Barbosa
Cilina Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996